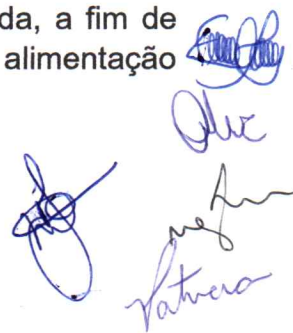


**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA**  
**CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE**  
**REGIMENTO INTERNO**

**CAPÍTULO I**  
**DAS ATIVIDADES DO CONSELHO**

**Art. 1º** O Conselho de Alimentação Escolar – CAE, como órgão deliberativo e de assessoramento fiscalizador para atuar em parceria com o Governo Municipal na execução do Programa de Alimentação Escolar junto aos estabelecimentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e entidades filantrópicas, mantidos por este município, motivando a participação de órgãos públicos e da sociedade civil, tem por finalidade:

- I- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do disposto nos art., 2º e 3º da Resolução|CD|FNDE038|2009, nº 06|2020.
- II- Zelar pela qualidade dos gêneros alimentícios, desde a Aquisição até a distribuição às entidades educativas, observando as boas práticas higiênico-sanitárias, bem como a aceitação dos cardápios oferecidos;
- III- Receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do Programa, bem como, analisar a prestação de contas do PNAE enviada pela Entidade Executora e remeter ao FNDE;
- IV- Fiscalizar o armazenamento e conservação dos gêneros alimentícios nos depósitos das unidades educativas, assim como a limpeza desses locais;
- V- Comunicar a Entidade Executora a ocorrência de irregularidade com os gêneros alimentícios, tais como: vencimento do prazo de validade, deterioração, desvios e furtos, para que sejam tomadas as devidas providências;
- VI- Apreciar e votar anualmente, o plano do PNAE a ser apresentado à Entidade Executora;
- VII- Apresentar relatório de atividades ao FNDE, quando solicitado;
- VIII- Incentivar a realização de campanhas educativas de esclarecimentos sobre a alimentação escolar, higiene e saneamento básico na Rede Municipal de Ensino de Governador Jorge Teixeira-RO;
- IX- Levantar dados nas escolas e na comunidade com a finalidade de avaliar o Programa no Município;
- X- Articular com os órgãos governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência para a melhoria da alimentação escolar nas escolas municipais.



## **CAPÍTULO II**

### **DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO**

**Art. 2º** - O Conselho de Alimentação Escolar – CAE, será constituído por 07 (sete) membros e com a seguinte composição:

- I- 01 (hum) representante indicado pelo Poder Executivo;
- II- 02 (dois) representantes entre as entidades docentes, ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para este fim, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos e emancipados;
- III- 02(dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos conselhos escolares, associação de pais e mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleias específicas para o fim, registrada em ata; e
- IV- 02(dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

§ 1º Cada membro do CAE terá um suplente da mesma categoria.

§ 2º A nomeação dos membros será feita por Decreto Municipal.

§ 3º No caso de ocorrência de vacância, o novo membro designado deverá completar o mandato.

**Art. 3º** Os membros e o (A) Presidente do CAE terão o mandato de 04(quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

**Art. 4º** O exercício do mandato de conselheiro do CAE será gratuito e constitui de serviço público relevante.

**Art. 5º** O (a) Presidente, o (a) vice-Presidente, e o (a) Secretário serão escolhidos em reunião especialmente convocada para tal fim, com quórum de metade (50%) mais 1 (hum) do total dos membros.

**Parágrafo Único.** O (a) Presidente será destituído (a) pelo voto de 50% + 01 (cinquenta por cento mais um) dos conselheiros do CAE, presentes em assembleia Geral especificamente convocada para este fim.





### **CAPÍTULO III**

#### **DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE**

**Art. 6º** São atribuições da Presidência:

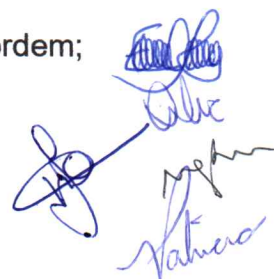
- I- Coordenar as atividades do Conselho;
- II- Convocar as reuniões do Conselho, dando ciência aos seus membros;
- III- Organizar a ordem do dia das reuniões;
- IV- Abrir, propor, encerrar e suspender as reuniões do Conselho;
- V- Determinar a verificação da presença;
- VI- Determinar a leitura das atas e das comunicações que entender convenientes;
- VII- Assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do conselho;
- VIII- Conceder a palavra aos membros do conselho, não permitindo divagação ou debates alheios ao assunto;
- IX- Colocar as matérias em discussão e votação;
- X- Anunciar o resultado das votações, decidindo em caso de empate;
- XI- Proclamar as decisões tomadas em cada reunião;
- XII- Decidir sobre as questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho quando omissão ao Regimento;
- XIII- Propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;
- XIV- Mandar anotar os precedentes regimentais para solução de casos análogos;
- XV- Designar para estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;
- XVI- Assinar os livros destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;
- XVII- Determinar o destino do expediente lido nas sessões;
- XVIII- Agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais este deve estabelecer relações;
- XIX-
- XX- Tomar conhecimento das justificativas de ausência do Conselho;
- XXI- Promover a execução dos serviços administrativos do Conselho;
- XXII- Propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno, julgadas necessárias.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DOS MEMBROS DO CONSELHO**

**Art. 7º** Compete aos membros do Conselho:

- I – Participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;
- II – Votar as proposições submetidas a deliberação do Conselho;
- III – Apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;
- IV – Comparecer às reuniões na hora prefixada;
- V – Desempenhar as funções para qual for designado;



- VI – Obedecer às normas regimentais;
- VII – Assinar as atas das reuniões do Conselho;
- VIII – Apresentar retificações ou impugnações às atas;
- IX – Relatar os assuntos que lhe forem distribuídos pelo (a) Presidente;
- X – Justificar seu voto, quando for necessário;
- XI – Apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com as suas atribuições.

**Art. 8º** Perde o mandato o membro que deixar de comparecer, sem motivo justificado, a 03v (três) reuniões consecutivas e 05 (cinco) alternadas durante o ano.

§ 1º O prazo para apresentar a justificativa de ausência é de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da reunião.

§ 2º Declarado perdido o mandato do titular, assumirá o posto o seu suplente e caso este esteja como titular e perca o mandato, o (a) Presidente do Conselho comunicará a entidade representativa para que sejam indicados novos membros titular e suplente. A nomeação deverá ser oficializada por Decreto Municipal.

**Art. 9º** O exercício do mandato do Conselheiro constitui-se em relevante serviço de interesse público.

**Art. 10º** Será concedida licença aos Conselheiros, nos seguintes casos:

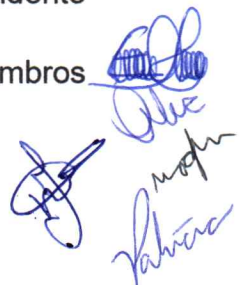
- I – Para tratamento de saúde mediante atestado médico;
- II – Por motivo considerado relevante pelo Conselho tais como: licença maternidade e licença prêmio e especial, devidamente protocolado e justificado por escrito.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO**

**Art. 11º** Os serviços administrativos do Conselho serão exercidos pelo (a) secretário (a) que será eleito pela Plenária, competindo-lhe as seguintes atividades:

- I – Secretariar as reuniões do Conselho;
- II – Lavrar atas, fazer leitura do expediente;
- III – Recolher as proposições apresentadas pelos membros;
- IV – Registrar a frequência dos membros do Conselho nas reuniões;
- V – Anotar os resultados das votações e proposições apresentadas;
- VI – Distribuir aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e a comunicação;
- VII – Resumir as ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho;
- VIII – Elaborar Ata sem rasuras ou emendas;
- IX – Redigir as Atas em livro próprio, com páginas rubricadas pelo (a) Presidente do Conselho e numeradas tipograficamente;
- X – Recolher assinaturas do (a) Presidente do Conselho e dos membros presentes à reunião.





## CAPÍTULO V DA REUNIÕES

**Art. 12º** As reuniões do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, serão realizadas normalmente na sede do órgão de Educação do Município, podendo, por decisão do (a) Presidente do Conselho ou do plenário, realizar-se em outro local.

**Art.13º** O Conselho de Alimentação Escolar – CAE, reunir-se-á em Sessão ordinária uma vez a cada 02 (dois) meses, na segunda quarta-feira do mês correspondente, as 09:00horas e em Sessão extraordinária sempre que necessário, obedecida a convocação pelo (a) Presidente.

§ Se na hora do início da reunião, não houver quórum suficiente, será aguardada, durante 15(quinze) minutos a composição do número legal.

§ 2º Esgotado o prazo mencionado no parágrafo anterior sem que haja quórum, o (a) Presidente do Conselho, convocará uma nova data para deliberar o assunto da pauta. Será feito documento por escrito, convocando os membros deste Conselho para uma nova reunião.

**Art.14º** A convite do (a) Presidente, ou por indicação de qualquer membro, poderão tomar parte nas reuniões, com direito a voz mas sem voto, representantes dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos e informações.

**Parágrafo Único.** Para ter direito a voz durante as reuniões, as pessoas convidadas farão prévia inscrição junto à secretaria do Conselho.

**Art. 15º** Serão realizadas visitas às Unidades Educativas, com frequência trimestral e/ou sempre que se fizer necessário ou em regime de urgência.

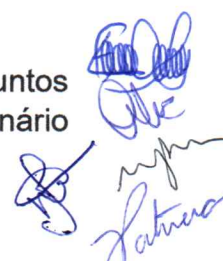
## CAPÍTULO VII DA ORDEM DOS TRABALHOS

**Art. 16º** A ordem dos trabalhos se desenvolverá da seguinte maneira:

- I – Leitura, aprovação E assinatura de Ata da reunião anterior;
- II – Leitura de expediente recebido e expedido;
- III – Comunicação do (a) Presidente do Conselho;
- IV – Ordem do dia.

**Parágrafo Único.** As retificações requeridas na Ata da reunião anterior, constarão na Ata subsequente.

**Art. 17º** A ordem do dia se destina a discussão e votação dos assuntos previamente distribuídos pelo (a) Presidente, para serem debatidos em plenário



e outros assuntos pertinentes trazidos à mesa pelos membros deste Conselho, respeitando-se as respectivas inserções e casos em regime de urgência.

## **CAPÍTULO VIII DAS DISCUSSÕES**

**Art.18º** AS matérias apresentadas durante a ordem do dia serão discutidas e votadas na reunião em que forem apresentadas.

**Parágrafo Único.** Por deliberação do plenário, a matéria apresentada na reunião poderá ser discutida e votada na reunião posterior, sendo que qualquer membro do Conselho poderá pedir vistas a matéria.

## **CAPÍTULO IX DAS VOTAÇÕES**

**Art. 19º** Ao anunciar o resultado das votações, o (a) Presidente do Conselho declarará quantos votos foram favoráveis ou contrários.

**Parágrafo Único.** Havendo dúvida sobre o resultado, o (a) Presidente do Conselho poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

## **CAPÍTULO X DAS DECISÕES**

**Art. 20º** As decisões do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, serão tomadas por maioria simples, cabendo ao (a) Presidente apenas o voto de desempate,

**Art. 21º** As decisões do Conselho serão transformadas em resolução quando necessário.

## **CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art.22º** As decisões do Conselho que envolvam despesas extras serão executadas somente se os recursos financeiros foram disponibilizados pela Entidade Executora.

**Art. 23º** Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste regimento serão solucionados por deliberação do Conselho, em qualquer de suas reuniões, por maioria dos seus membros presentes.

**Art. 24º** O presente Regimento Interno foi aprovado pelos membros do Conselho em Sessão Plenária realizada no dia .....



Governador Jorge Teixeira-RO, 10 de Junho de 2022

**PATRÍCIA ALMEIDA**  
**PRESIDENTE DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE**  
**DECRETO Nº 9206/GAB/2022      DE 01/11/2022**





# Município de Governador Jorge Teixeira

63.761.944/0001-00

Avenida Pedras Brancas, 939 - Centro

www.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Regimento</b>	<b>interno do cae</b>	<b>05/08/2025</b>

ID: **323513**

CRC: **7437AFD3**

Processo: **1-908/2025**

Usuário: **JAINE DE MELO MORAIS**

Criação: **05/08/2025 13:06:40** Finalização: **08/09/2025 08:35:53**

Processo



Documento



MD5: **938853431D1F4FC06A5245804AA251B3**

SHA256: **F4E4BAA008DFACB98F2F1BBE1C93558FEE77F0AFF485FBC87F5FE759162ED35**

Súmula/Objeto:

**Regimento interno do cae**

### INTERESSADOS

SEMED	GOV.JORGE TEIXEIRA	RO	05/08/2025 13:06:40
-------	--------------------	----	---------------------

### ASSUNTOS

Conselho de Alimentação Escolar (CAE)	05/08/2025 13:06:40
---------------------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br](http://transparencia.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br) informando o ID 323513 e o CRC 7437AFD3.